SOB A ESPADA DE DÂMOCLES: A IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO PARANÁ

Rubens Tavares[1]

A Escola sempre foi e sempre o será o “espaço do ócio”, como foi bem definida pelos gregos antigos. É espaço de reflexão, de construção de saberes comprometidos com a veracidade, seja no campo da Filosofia, da História, da Sociologia, da Física, enfim, de todas as áreas do conhecimento. Nela podem ser ampliados os espaços do imaginário, desconcertando a realidade com as Artes, reconstruindo os desejos e devaneios em confronto com saberes que ultrapassem a racionalidade.

A Escola sempre foi e será o espaço da construção e desconstrução de saberes, de verdades que se sustentam em pseudo-conhecimentos; se funda na *Alethea* e não no *Rio do Esquecimento*, pois a Escola é onde sempre bebemos nas águas da verdade, da sabedoria.

[1] Professor de História do Colégio Estadual do Paraná e de Filosofia da Faculdade de Campina Grande do Sul (FACSUL).

A Escola é espaço de construção de cidadanias, da participação política, pois educação sem educação de direitos e deveres, de pertencimentos, de afetividades não é educação, mas mero espaço de aprendizagem. Isso somente é possível quando a divergência, o direito ao contrário, ao inusitado, ao diferente são garantidos mediante o debate, o convencimento na "batalha de ideias" dos argumentos, das convicções. Debates exaustivos, demorados, muitas vezes "raivosos" (no sentido da defesa apaixonada de verdades); mas quanto mais debates, mais se vai garantindo que todos se expressem, tenham direitos de falar, ouvir, divergir e chegar a consensos, garantidos os dissensos. Para os que defendem soluções apressadas, rápidas, sem confrontos, a discussão realmente é desnessária, desconfortável, pois terão que expor suas ideias, seus argumentos, e praticar a persuasão. Ao contrário, pela imposição, vigora o "cumpra-se", como é costumeiro a quem se sustenta na ideia de "chefe", do mandonismo que exclui os confrontos e estabelece as aceitações, a ordem estabelecida e, necessariamente, o cumprimento desta.

Há os que apostam na hierarquia, na disciplina dos corpos e na repressão ao diferente, na normatização dos não desejáveis (os párias da sociedade, os homoafetivos, os negros, indígenas, os tatuados, os que usam *piercings*, cabelos azuis, roupas coloridas, brincos, ou seja, toda a comunidade escolar!). E não somente pela repressão, mas pelo condicionamento para que todos deixem de ser diferentes e se tornem homogeneizados, na mesma farda/uniforme, obedecendo e somente obedecendo aos seus superiores também hierarquizados através de patentes, de divisas que simbolizam o grau de comando e mando. O "eu mando" acha que deve ser obedecido porque se acha superior e, mais, que necessariamente é obedecido porque o outro é de uma "patente inferior".

Mas esse "eu mando" não se sustenta e nunca deve se sustentar no espaço do "ócio", porque o obedecimento cego e surdo se constrói pela formação de vontades que esperam um comando, uma ordem, uma diretriz, uma missiva para se movimentarem; e o espaço educacional se constrói na desconstrução e reconstrução de saberes, um espaço do acolhimento, de receber os contrários, de afetividade, de polêmicas e respeito aos divergentes e às divergências.

Por isso, a militarização das escolas públicas opera em um pseudo-conhecimento, em um discurso enviesado de preconceitos, distorcido, retorcido para implementar a sua ideia de verdade e organização da escola. A disciplinização dos corpos para os tornarem dóceis (me aproprio de Foucault) polÍtica e educacionalmente, apenas corpos que devem seguir as ordens estabelecidas pelo comando hierarquizado, disciplinado. Opera na produção de uma falsa imagem a ser vendida, reforçada pelos meios comunicativos, como se o espaço escolar fosse um "antro" de indisciplina e onde se atenta contra a ordem e a moralidade, ideia baseada em um saber precário de que não atende as ditas avaliações, sejam elas locais ou internacionais. Como se a simples e simplória militarização fosse resolver tudo, trazer o "céu" à terra, pois todos terão uniforme, acesso a um conhecimento dito mais adequado e, melhor, os problemas desaparecerão, sejam de ordem social, econômica ou existencial.

Mas a verdade é que a militarização não vai resolver praticamente nada, pois os problemas do Ensino Público no Brasil e, por extensão no Paraná, são problemas de políticas públicas, de investimentos nas estruturas físicas e de pessoal que devem ser resolvidos independente deste ou aquele governo. Problemas que se resolverão na medida em que seja valorizado tanto o quadro funcional quanto o administrativo, os discentes, que se supere a dita lógica de que cada governo que chega quer sempre "inventar a roda". A militarização vai, sim, é agravar os problemas tanto disciplinares quanto pedagógicos, pois sua formação parte de outros pressupostos, que são o obedecimento, a hierarquia, o mandar e obedecer, e sua formação "epistemológica" se fundamenta na formação de soldados e não de cidadãos.

Esse pensar de que a militarização da educação é a solução parte de quem desconhece que este projeto é desdobramento da tutelação secular, no Brasil, do poder militar sobre o civil, que problemas sociais continuam sendo tratados como casos de polícia. Assim foi com Canudos e se repetiu com o Contestado, e se torna cotidiano nas várias ações que faz o Estado quando o problema é de cunho social e político e a violência física, simbólica e a repressão são os métodos de sufocar as demandas sociais e educacionais. A mentalidade criada e reproduzida por setores conservadores que dizem que a militarização é a

solução se funda nos vários discursos cotidianos que exploram ao máximo a miséria humana, que seria, exatamente, fruto não da desigualdade social, cultural, educacional e política, mas falta de disciplina, de mando, de castigos, que o que falta é que cada um saiba exatamente onde é “seu” lugar, ou, como disse um Ministro da Ditadura, “aluno é para estudar, professor é para ensinar e fim de conversa”, porque conversar, dialogar socraticamente é admitir o outro e seus argumentos, o diferente e suas razões de existir, de coexistir, de ser livre e feliz. E as salas de aula são por excelência os espaços de diálogo, de propor soluções para problemas, sejam matemáticos ou sociológicos, filosóficos ou históricos, que se balizam no conhecimento e na “batalha de ideias”. Do outro lado, a formação do soldado é cumprimento das ordens recebidas pelo seu superior, é acatar o fazer e não o pensar sobre, pois, pensar sobre é exatamente não acatar simplesmente a ordem recebida. São formações educacionais, intelectuais diferentes, que se confrontam, que partem de outras premissas de conhecimento.

O Estado brasileiro se funda no binômio autoritarismo/mandonismo, seja no período colonial, seja no momento Republicano. Neste, a cidadania se construiu parcialmente, uma vez que uma de suas máximas seria ”para alguns os privilégios, para os demais, a lei”. Ainda hoje ouvimos que há o “cidadão comum”, a “área VIP” e cidadãos comuns devem trabalhar porque “o trabalho educa” (evidentemente isto não se encaixa para os filhos e filhas da classe dominante). A Ordem e o Progresso, nessa perspectiva, são inevitáveis, porque constituem o arquétipo de uma República natimorta, o que se expressa na máxima popular “ontem eu era monarquista acordei Republicano”. Ordem e Progresso sempre balizadas pela imposição, pela aceitação. Quem se recusar a aceitar, estará contra as inovações, as mudanças, não importando se a esteja condescendendo com a desconstrução de um tempo que foi passo a passo construindo a consulta democrática, o debate sendo o cerne do projeto pedagógico, seja do Estado, seja da Escola, pois o que era sólido agora se desmancha no ar. Disto, o que surgirá? “ O que se observa é um admirável

progresso do ponto de vista material, associado à paralisia ou mesmo à regressão no que concerne a valores e à organização social e política".[2]

As juventudes brasileiras aos poucos estavam e estão se libertando de todo um período ditatorial civil militar que se instalou com o golpe de 64 e produziu estragos também na educação. Nesse tempo, lutaram por seus direitos, participaram ativamente da vida política do país culminando com o "Movimento das Ocupas" (2016), que ficou na garganta do pensamento conservador e a resposta veio com esse projeto de militarização do espaço público para que nunca mais possa acontecer novamente. Mas as juventudes também expressam seus posicionamentos políticos e ideológicos na maneira de se vestir, seus adereços, em seus corpos, e isto incomoda aos que sobrevivem de aferir preconceitos e limitar a liberdade de pensamento e da ação. Por isso, a militarização tem sua expressividade maior no uniforme, que exatamente é para deixar todos uniformes, homogeneizar os diferentes, e, se for possível, que eles tenham divisas indicando quem é quem (ao contrário dos uniformes de cada escola, que são princípios de identidade, de afetividade com a escola em que se estuda). Assim, todos viram "carne moída", como canta Pink Floyd, em *Another Brick In*.

A militarização é um mecanismo, uma máquina, e quem a comanda liga e desliga, afere suas funções, confere a produtividade, verifica se funciona dentro dos parâmetros estabelecidos, a precisão do corte, a linha de montagem, o produto final. Isso aplicado à educação é mortal, não hoje ou amanhã, mas num tempo de média e longa duração, pois teremos autômatos que estão aptos a apenas a obedecer aos patrões, ao Estado, e, por fim e começo, ao Capital, que irá os explorar, não mais temendo reação, mas docilidade. Ancorados na defesa de um darwinismo social, os mais aptos sobreviverão, os mais fragilizados perecerão física, educacional e culturalmente.

Esse sempre foi e é o discurso da classe dominante brasileira, que apenas tem o projeto de rapinar o país e ir morar em Miami. Criam-se os simbolismos "a nova escola cívica militar" como se o novo se estabelecesse; ao contrário, as

[2] Novaes, Adauto (org.) Mutações Dissonâncias do Progresso. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2019.

velhas estruturas escolares permanecerão as mesmas, faltando tudo para muitas e poucas tendo o necessário para serem consideradas escolas de formação adequadas, tanto na formação abrangente como especifica.

A militarização se sustenta numa panaceia de inverdades e faz delas suas verdades, como se as escolas estivessem à beira da catástrofe moral, educacional e sem respeito e a violência contra seus profissionais fosse cotidiana. Ou seja, o caos da escola só melhorará com a dita mudança que virá com sua transformação em cívico militar.

As escolas são exatamente imagens do que é a sociedade e não se pode negar que somos uma das mais violentas do mundo, que a concentração de renda é uma das mais brutais, que o racismo sempre esteve presente nas nossas relações sociais, que temos uma baixa escolarização, pouco acesso aos bens do “Capital Cultural”, para lembrar Bourdieu. Somos uma sociedade que vê a propriedade privada como intocável, que carece de entender que é a manutenção Democracia que garante a liberdade e igualdade, que carece de entender que o poder tanto civil quanto político deve ter a Democracia como parâmetro de igualdade, pois onde prevalece a riqueza, a opulência do Capital, a autoridade política torna-se refém e submissa. Rousseau, no projeto de Constituição para a Córsega, deixa claro que o “poder civil se exercita de dois modos, um legítimo, por meio da autoridade, outro abusivo, por meio das riquezas. Onde quer que dominem as riquezas, o poder e a autoridade estarão sempre separados, uma vez que o poder aparente está nas mãos dos magistrados e o poder real está nas mãos dos ricos.[3] E, para manter suas riquezas, a elite precisa desacreditar o ensino público, torná-lo lugar de formação de mão de obra obediente, que não questione as riquezas, pessoas que acreditem que a riqueza é fruto de trabalho árduo de sol a sol, de abnegação, da simples vontade de “vencer e ser alguém na vida”, pessoas que não se entendam mais como trabalhadoras, mas “colaboradoras”.

O projeto de militarização das escolas vai instalar a meritocracia, impedir discursos dissonantes, impedir que representantes diretos sejam eleitos pelo

[3] Rousseau, J.J. Projet de Constitution pour la Corse, em: Oeuvres completes, cit., vol.III, p.939.

debate e voto; para a empresa/ escola militarizada não mais o Diretor, mas o gestor, não mais a autoridade pedagógica do conhecimento, mas a autoridade pessoal.

A desconstrução da História será fundamental para esse nefasto projeto se efetivar. A mudança linguística será um dos instrumentos primordiais, pois, a linguagem não é uma junção de palavras, de vogais e consoantes que formam palavras, sílabas, textos; as palavras são expressão de concepções de Mundo, Sociedade e Seres Humanos; como diria o velho Platão, são como *phármakon*, servem como antídoto, máscara ou veneno. Não mais Golpe, e sim Revolução de 64, não mais 1º de abril, e sim 31 de março. A desconstrução e reconstrução histórica serão substituídas pela cronologia rasteira dos acontecimentos, o herói se imporá e se estabelecerá como princípio a ser perseguido como arquétipo da Sociedade que se constrói sob os escombros de um saber histórico que precisa ser destruído. Não mais uma "História escovada a contrapelo", que traga as minúcias, os pequenos fatos, os deserdados, os despossuídos de propriedade e Capital, os humilhados e ofendidos; esse esfacelamento histórico se faz necessário para que a prevaleça a história narrada pelos vencedores, que "tende a promover o esquecimento das lutas e conflitos de classes do passado e, com essa estratégia, apresentar como obra sua tanto a construção da Sociedade quanto a produção dos mais diversos bens culturais".[4]

O triunfo do tempo a-histórico, que livre de ideologias e concepções filosóficas de História, se liberta para dissimular a alienação dos sujeitos históricos que não mais constroem suas histórias, mas apenas assistem os acontecimentos passarem diante de seus olhos, sem intervir. O passado morto ressuscitado, mas não despertado, porque o "dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. "[5]. O *Ângelus Novus Benjaminiano* de despedaçará, o

[4] Franco, Renato. 10 lições sobre Walter Benjamin. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 113.
[5] Walter Benjamin, 1985, p.224-225.

presente contínuo será o referencial e o passado apenas um referencial olhado sem ser analisado com os olhos do presente.

A educação brasileira precisa é de investimentos em suas estruturas físicas e humanas, de uma seríssima discussão quanto à formação de seus docentes e discentes, que se estabeleçam condições mínimas de acessibilidades, que se tenham planos de carreira, jornadas de trabalho dignas, que as formações para a docência no âmbito da Universidade sejam valorizadas, que currículos acadêmicos sejam discutidos. Essa discussão sempre é e sempre será necessária.

A Educação Pública não necessita de cadeias de comando, mas sim da mudança de mentalidade. A Escola não é uma “coitadinha caindo aos pedaços”, não é “segundo lar”, não é local do “sacerdócio”, docente não é a “tia” ou a “professorinha”. A escola necessita de respeito, de formação continuada que esteja comprometida com a melhoria da formação intelectual e política do educador, da educadora, que o mobiliário seja adequado à nova geração que, felizmente, teve acesso a uma melhor condição alimentar e cresceu, desenvolveu-se fisicamente, e para quem as carteiras escolares não estão mais adequadas. A escola necessita que se ampliem espaços de representação dos jovens, e, fundamentalmente, que eles sejam escutados. As escolas necessitam que sejam criados e ampliados os espaços democráticos onde todos possam se expressar livremente.

A escola não pode e não deve e nunca pode ter como referência um quartel, nem uma fábrica, pois cada um destes espaços tem suas especificidades, tempos diferentes, razões de existirem em suas contradições. Querer impor a racionalização militar a espaços que não foram criados para tal é tencionar mais o ambiente escolar e criar mais problemas do que soluções. As soluções vêm com uma Escola Democrática que tenha os seus representantes escolhidos pela comunidade escolar e não indicados pelos governos de plantão, pois governos passam, a escola permanece. A Gestão Democrática neste modelo desaparece, se impõe a indicação, minimizar o máximo o conflito e se estabelecer eu cumpro.

Não podemos aceitar as ditas “modernizações” de momento que mais desarticularam a educação do que a melhoram. A escola não pode servir ao Estado autoritário que se fundou no mandonismo e no patrimonialismo que se utiliza do Estado para fins particulares, e que a “Republica seja garantida por três procedimentos principais: pelo empenho dos governos estaduais em manter o conflito político confinado à esfera regional; pelo reconhecimento por parte do governo federal da plena soberania dos estados no exercício da política interna; e pela manutenção de um processo eleitoral em que, a despeito dos mecanismos políticos que tentavam controlar as disputas locais, as fraudes continuavam frequentes”[6].

É preciso lutar contra a implementação de Escolas Cívico Militares no Paraná. Caso contrário, a “espada de Dâmocles” sempre vai pairar em nossas cabeças. E essa espada está sempre propensa a cortar as cabeças dos que não aceitem e não obedeçam às suas ordens e desejos.

Referências

BIGNOTTO, Newton. *O Brasil à procura da democracia da proclamação da República ao século XXI*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores) 14. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Organizador André Rocha, 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2019.

FRANCOS, Renato.*10 lições sobre Walter Benjamin*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Trad. Lígia M.

Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

[6] Shwarcz, Lilia Moritz. Sobre o Autoritarismo brasileiro 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 81.

NOVAES, Adauto (org.). *Mutações Dissonâncias do Progresso*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

PRIORE, Mary del. *Histórias da gente brasileira*. Volume 1: Colônia. RJ: Leyla, 2016.

SAFATLE, Vladimir. *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SCWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o Autoritarismo brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCWARCZ, Lilia Moritz. *A abertura para o mundo*: 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.